

# ALIANZA INTERNACIONAL DE HABITANTES

c/o Unione Inquilini, via Bettella, 2/ter - 35133 - Padova - Italia

tel. +39 049691771- fax +39 02700415592 e-mail : [info@habitants.org](mailto:info@habitants.org) - [www.habitants.org](http://www.habitants.org)

---

## Rumo à ALBA do Direito à Moradia na América Latina e no Caribe\*

A maioria dos Estados do nosso continente firmou convênios e tratados mediante os quais eles, Estados, comprometem-se não só a satisfazer as necessidades de seus habitantes em termos de moradia e infraestrutura, como também a cumprir e fazer cumprir o Direito à Moradia, considerado como um Direito Humano Fundamental de todos os habitantes do planeta. Esses compromissos foram reiterados em muitas reuniões e eventos, inclusive no Fórum Urbano Mundial de 2006, quando se cumpriram 30 anos da Primeira Cúpula Mundial de Habitat, realizada em Vancouver, e 10 anos da Habitat II, em Istambul. Outra dessas oportunidades foi a Declaração dos Objetivos do Milênio, que estabeleceu a criação de acomodações seguras para cerca de 100 milhões de moradores de rua – número que, segundo estudos, em vez de reduzir-se conforme o cumprimento da meta, ameaça chegar a 700 milhões em 2020.

Significa dizer que, não obstante todos esses compromissos internacionais, desde então e até o presente, muita água tem passado debaixo da ponte do Direito à Moradia. Vejamos, à luz dos fatos, que tais objetivos não têm sido cumpridos: abandono, por parte dos Estados, das políticas habitacionais populares favorecendo, isto sim, os setores imobiliários e financeiros; persistência, em numerosos países, de despejos forçados, às vezes executados diretamente pelos governos, ou em cumplicidade com setores imobiliários (casos denunciados constantemente em vários países, a República Dominicana sendo um exemplo); aumento da moradia insegura; custos de moradia inviáveis; piora da qualidade de vida urbana.

Nós, da Aliança Internacional de Habitantes (AIH), rede global dos movimentos sociais urbanos e associações, temos uma leitura das causas dessa insegurança da vida humana em nossos países. Vejamos:

### Causas:

- As políticas implementadas pela maioria dos governos do continente têm estado a serviço das desacertadas orientações dos organismos e acordos internacionais (Banco Mundial, BID, FMI, TLCs), as quais priorizam o pagamento da dívida externa. Em cada um de nossos países, destina-se ao serviço da dívida externa uma média de mais de 25% do orçamento nacional, o que impede que tais orçamentos sejam instrumentos a serviço do desenvolvimento de nossos povos.
- Os investimentos especulativos no setor urbano, a construção de grandes obras de infraestrutura na forma de megaprojetos (a exemplo do Plano Puebla Panamá) e a agressão turístico-imobiliária à natureza (o modelo de turismo de areia, praia e cruzeiros), financiados principalmente por capitais estrangeiros.
- As migrações internas e internacionais decorrentes da desarticulação do tecido social que conduz à perda de identidade dos povos originários, impactados também, nalguns casos, pelos modelos de monocultivo e de pesca industrial.
- O abandono do bem-estar social pelos Estados, a fim de favorecer processos de privatização e liberalização do setor imobiliário, da renda e dos serviços básicos.
- Os distintos fatores geopolíticos que se desenham na América Latina, como as guerras internas (principalmente Colômbia e México) e o bloqueio econômico a Cuba, a presença da narcopolítica, entre outras.

No fundamental, as políticas dos governos de nosso continente em termos de habitat têm tido como orientação básica o modelo neoliberal, que privatizou o mercado do solo e a oferta de moradia. Os impactos dessas políticas em nossas cidades mostram uma realidade que se defronta com uma inexorável barreira de exclusão social, econômica, racial e de gênero. Os programas oficiais de moradia vêm tendo como interlocutor essencial o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos créditos têm sido orientados, por meio do sistema bancário convencional, às classes médias e altas, excluindo as classes urbanas pobres.

---

\*Apresentado pela Aliança Internacional de Habitantes na V Cúpula do ALBA-TCP, Barquisimeto, Venezuela, abril de 2007.

# **ALIANZA INTERNACIONAL DE HABITANTES**

c/o Unione Inquilini, via Bettella, 2/ter - 35133 - Padova - Italia

tel. +39 049691771- fax +39 02700415592 e-mail : [info@habitants.org](mailto:info@habitants.org) - [www.habitants.org](http://www.habitants.org)

---

A população de baixa renda tem sido obrigada a resolver seus problemas de moradia por meio de seus próprios esforços autogestionários, sendo a autoconstrução a experiência prática de produção social do habitat, base para a construção da cidade. Em geral, esse esforço tem sido desconsiderado e pouco apoiado financeiramente pelos Estados do Continente.

Se os governos centrassem sua atenção nos habitantes, e não em continuar aprofundando a dívida social, para cujo aumento contribuem significativamente, deveriam exigir que os organismos internacionais revisassem criticamente as políticas que implementam na América Latina e no Caribe.

Convém, assim, ouvir a voz dos que não têm voz, os habitantes humildes, suas organizações e redes, que, por todos os lados, reclamam o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Governos em acordos celebrados em eventos internacionais, a exemplo dos Objetivos do Milênio (OM), entre os quais está a meta 7-11, propiciando legislação de garantia de um lugar seguro onde se possa viver em paz e com dignidade.

Diante dessa grave realidade de pobreza e exclusão que deriva do neoliberalismo, os movimentos sociais urbanos do Continente propõem um enfoque alternativo, fundamentado nos princípios altermundistas do FSM e no intercâmbio de experiências, definindo estratégias unificadas de ação e de construção da solidariedade concreta em prol do direito à moradia sem fronteiras.

De fato, a integração latino-americana e caribenha que a AIH promove situa-se nesses marcos, os da construção da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), promovida pela Venezuela e por Cuba.

## **O que diria a ALBA se os direitos sociais, em particular o direito à moradia, não fossem respeitados?**

Por essas razões, a AIH propõe um Enfoque Humano para o Direito à Moradia e o Habitat:

- Fortalecer os processos de integração política, social e econômica aos níveis regional e sub-regional, como a Comunidade Sul-Americana de Nações, o MERCOSUL, a Comunidade Andina, o CARICOM. Isso implica a não suscrição dos TLCs promovidos pelo governo dos Estados Unidos, tendo em conta as graves conseqüências que acarretam para a vida de nossos povos.
- Pôr em prática novas políticas sociais de moradia e habitat, que se voltem para a resolução dos prementes problemas de acesso à moradia digna e deixem de lado as orientações neoliberais que privatizam as políticas habitacionais.
- Nesse caminho, os Governos Locais, Regionais e Estaduais estão chamados a desempenhar um papel fundamental na construção de condições de justiça social para nossos povos. Isso requer superar os obstáculos do centralismo e o controle por parte dos Governos nacionais. Portanto, devem contar com uma verdadeira participação social e com os fundos necessários para que possam exercer suas funções de verdadeiros representantes da cidadania nos espaços locais, impulsionando, particularmente, os orçamentos participativos com controle social cidadão.

**Consciente da importancia estratégica da proposta da ALBA, a AIH propõe construir novos espaços de articulação, incidência e acompanhamento de iniciativas empreendidas por atores populares, a fim de enfrentar e solucionar as problemáticas urbanas e habitacionais aos níveis local, nacional e continental, nos campos em el campo social, político, económico, jurídico e institucional.**

Sobre tais bases, propomos a seguinte Plataforma de enfrentamento da grave problemática da moradia e do habitat:

1. **Reconhecer irrestritamente o Direito Humano à Moradia**, estabelecido pelo art. 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em concordância com os Comentários gerais n. 4 e 7; o art. 34 da Carta da Organização dos Estados Americanos ratificada por todos os países da América Latina e do Caribe. Esse direito tem de ser

# ALIANZA INTERNACIONAL DE HABITANTES

c/o Unione Inquilini, via Bettella, 2/ter - 35133 - Padova - Italia

tel. +39 049691771- fax +39 02700415592 e-mail : [info@habitants.org](mailto:info@habitants.org) - [www.habitants.org](http://www.habitants.org)

---

justiciável (exigível perante a justiça) e estar respaldado por políticas urbanas e habitacionais.

2. **Declarar a terra como bem comum não-mercantil igualitário** (tal como as empresas públicas de serviços e os recursos naturais hídricos, entre outros) estabelecendo o bloqueio dos processos de liberalização do setor imobiliário, pelo controle público dos preços (por exemplo: aluguel e hipoteca não superiores a 10% da renda; penalização dos imóveis desalugados por especulação (por exemplo: taxaço, confisco, expropriação).
3. **Aprovar a Carta Mundial pelo Direito à Cidade** como espaço dos direitos fundamentais dos habitantes – os verdadeiros fazedores das cidades –, nela se incluindo a tomada de palavra, os intercâmbios de experiências e as parcerias.
4. **Declarar a moratória continental dos despejos, por meio de:**
  - institucionalização dos territórios “Livres de Despejos”;
  - bloqueio dos investimentos nacionais ou estrangeiros em infraestrutura e em especulações imobiliárias que provoquem despejos desacompanhados de realocação digna e acordada;
  - apoio da cooperação internacional a processos de paz com justiça nos territórios afetados por guerra.
5. **Formular e adotar**, para bairros, municípios e metrópoles, **planos e programas de desenvolvimento** que sejam sustentáveis, inclusivos e participativos, e que garantam ao conjunto dos cidadãos e cidadãs o acesso à terra urbana e à moradia.
6. **Estabelecer Mesas de concertação sobre solo e moradia aos níveis local, nacional e regional, visando:**
  - a regularização e a titulação não especulativa da posse da terra;
  - o desenvolvimento de políticas para a moradia social e cooperativa que se baseiem no princípio da casa como direito humano;
  - a implementação de políticas de serviço público de moradia social;
  - a constituição de Fundos Populares para a Terra e a Moradia, que sejam financiados pelo cancelamento da dívida externa, pelo orçamento público e pela criação do Banco do Sul, e que contribuam para a segurança do solo e da moradia, mediante cooperativas de propriedade coletiva, de ajuda mútua, ou outras formas associativas;
  - o reassentamento acordado e digno, pagamento de indenização às comunidades removidas, incluídas as afetadas por desastres.

Esta é a contribuição da AIH para o desenvolvimento da luta contra o imperialismo, o neoliberalismo e a ALCA em nosso Continente.

\*\*\*      \*\*\*      \*\*\*